

# VOZES PELA JUSTIÇA AMBIENTAL EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE BREVES, ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

Eduardo Antonio Abreu Pinheiro<sup>1</sup>

Teodoro Ferreira da Silva Neto<sup>2</sup>

Vitória Maigda Magno Gomes<sup>3</sup>

Benedita da Costa Gonçalves<sup>4</sup>

Valdilene Mercês de Sousa<sup>5</sup>

Karine Rayna da Silva Freitas<sup>6</sup>

Michelle Oliveira Carneiro<sup>7</sup>

**Resumo:** A Educação Infantil constitui a primeira etapa da educação básica onde os alunos devem ser formados em sua integralidade e a Educação Ambiental pode contribuir para essa formação e ser uma ferramenta potente de transformação da realidade de uma população marginalizada socioambientalmente. Esta pesquisa qualitativa foi aplicada em uma escola municipal de Breves-Pará, no Arquipélago do Marajó, com crianças de 5 a 8 anos, onde participaram de rodas de conversas e de atividades lúdicas de Educação Ambiental. Concluiu-se que abordar a temática do racismo ambiental na educação infantil é relevante para o desenvolvimento de indivíduos engajados e responsáveis ambientalmente.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Educação Ambiental; Arquipélago do Marajó; Pesquisa Qualitativa; Racismo Ambiental.

---

<sup>1</sup>Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: eduardo.pinheiro@ifpa.edu.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4953073128131872>.

<sup>2</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: theodoroferreiraneto@gmail.com,

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8232142368735354>

<sup>3</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: vitoriamagnogomes@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5951242576006530>

<sup>4</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: beneditacosta037@gmail.com.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4447971348744657>

<sup>5</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: valdilenemercesdesousa@gmail.com,

Link para o Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5046519545509727>

<sup>6</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: karinerayna2024@icloud.com.

<sup>7</sup> Instituto Federal do Pará, Campus Breves. E-mail: micheleoliveiracarneiro10@gmail.com.

**Abstract:** Early Childhood Education constitutes the first stage of basic education where students must be trained in their entirety and Environmental Education can contribute to this training and be a powerful tool for transforming the reality of a socio-environmentally marginalized population. This qualitative research was carried out in a municipal school in Breves-Pará, in the Marajó Archipelago, with children aged 5 to 8, where they participated in conversation circles and playful environmental education activities. It was concluded that addressing the issue of environmental racism in early childhood education is relevant for the development of engaged and environmentally responsible individuals.

**Keywords:** Early Childhood Education; Environmental Education; Marajó Archipelago; Qualitative Research; Environmental Racism.

## Introdução

Por mais que muitos compreendam a Educação Ambiental (EA) como um tema recente, os princípios ambientais surgiram há muitos anos, desde que o ser humano iniciava os cultivos na terra como forma de subsistência; sempre valendo-se do meio ambiente de maneira parcimoniosa, sem desperdício, utilizando apenas o necessário para a sua sobrevivência e preservando seus recursos, de tal modo que esses princípios eram transmitidos para as gerações futuras (Correia; Poletto, 2020, p.02). No decorrer dos anos, com a evolução das técnicas e o desenvolvimento da estrutura da sociedade capitalista, o ser humano começou a maximizar a exploração dos recursos naturais, sem uma gestão a nível nacional satisfatória (Cidreira Neto; Rodrigues, 2017, p. 144).

O surgimento da Educação Ambiental deu-se, inicialmente, por meio de movimentos ambientalistas, no qual com o passar do tempo, essa temática passou a ser debatida e gradualmente passou a ganhar mais atenção, em vários cenários da sociedade, passando a ter cada vez mais importância no campo político e acadêmico, bem como na mídia (Souza *et al.*, 2021, p. 01).

A Educação Ambiental guiada de modo coerentemente político pode gerar um caminho de renovação de esperanças na luta contra a destruição ambiental e solucionar os problemas contidos no racismo ambiental, mas também no fortalecimento das comunidades mais injustiçadas pelo desequilíbrio ambiental (Redó, 2022, p. 10).

A Educação Ambiental (EA) é uma ferramenta essencial para trazer qualidade de vida para toda a população, seja para quem mora na cidade ou no campo, uma vez que ela busca sensibilizar ambientalmente a sociedade para os problemas que causam alterações adversas no meio ambiente e, por sua vez, podem afetar a saúde e o bem-estar da população (Monteiro, 2020, p. 831).

O ensino da Educação Ambiental desde cedo faz com que a criança já cresça com a responsabilidade de cuidar, agregar valores e desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, cognitivas, afetivas, motoras e ética, desempenha um papel crucial na formação de crianças conscientes em relação ao meio ambiente. Para Castelli; Delgado (2023, p. 121): “A partir dos

eixos propostos de práticas voltadas às interações e à brincadeira, as Diretrizes indicam a necessidade de garantia de experiências direcionadas ao encantamento, à exploração e ao questionamento com relação à natureza.”

A Educação Ambiental já na Educação Infantil (EI) torna-se possível por intermédio do processo de construção e reconstrução dos conhecimentos, confere autonomia, desenvolve uma compreensão profunda dos desafios ambientais enfrentados pelo nosso planeta e incentiva a adoção de comportamentos e atitudes sustentáveis desde a infância (Verderio, 2021, p.131).

Portanto, a elaboração deste artigo deu-se através da necessidade de investigar a situação da EA na EI, visto que a Educação Infantil é momento oportuno para iniciar conhecimentos sobre a natureza sendo imprescindível a orientação da escola, da família e da comunidade, para que adquira comportamentos e valores em relação ao meio ambiente.

Diante do exposto, vislumbrou-se uma proposta de estudo que teve como tema a Educação Ambiental na Educação Infantil. Esta proposta justifica-se por ser nessa faixa etária que devem estimuladas reflexões socioambientais presentes nas comunidades e no mundo, ações para promover a solidariedade ambiental e engajar as crianças como agentes de transformação social e de justiça ambiental.

### **Educação Ambiental na Educação Infantil**

Desde os primórdios da humanidade, as crianças mantiveram uma ligação íntima e vital com a natureza, uma conexão que é essencial para o seu crescimento integral. No entanto, com o avanço da urbanização e da tecnologia, essa relação tem sido progressivamente perdida ou negligenciada em muitos contextos educacionais. Por isso, é fundamental que se promovam atividades que permitem as crianças interagirem diretamente com o ambiente natural, incentivando a autonomia, o respeito pela natureza e o desenvolvimento motor, social e emocional das crianças para a conscientização ecológica conforme prega o Método Montessori (Marafon; Santos, 2024, p. 219).

Nos últimos dez anos, a população mundial cresceu em um bilhão. Hoje, estima-se 7,8 bilhões de habitantes no Planeta Terra. O aumento da população global, as constantes crises ambientais e a escassez dos recursos naturais atentam para a importância de conscientizar as pessoas sobre a preservação do meio ambiente e de adquirir hábitos saudáveis. Nesse contexto, a Educação Ambiental nas escolas torna-se ainda mais fundamental, como espaço educativo, colaborativo e de formação de valores (Vieira, 2022).

As mudanças ambientais estão mudando a infância e roubando a capacidade das crianças crescerem saudáveis, felizes e pode, em última análise, causar doenças, ferimentos e até a morte. Os esforços para sustentar um planeta habitável não devem apenas ter em conta as necessidades e vulnerabilidades únicas dos mais jovens; esses esforços, também, devem inclui-los nas soluções. As crianças e os jovens têm competências, experiências e ideias críticas para

sociedades mais seguras e sustentáveis. Eles não são simplesmente herdeiros da nossa inação- eles estão hoje vivendo as consequências e são parte da resposta para esse desafio (Unicef Brasil, 2024).

Todas as crianças já estão expostas a riscos climáticos, com 1 bilhão de crianças enfrentando riscos extremos para sua capacidade de sobreviver, crescer e prosperar. Essas crianças estão presentes em comunidades que já estão sendo mudadas pela crise ambiental e a saúde delas está sendo afetada pelos ambientes em que crescem, sofrendo racismo ambiental (Unicef Brasil, 2024). Segundo Di Spagna (2023), racismo ambiental é o processo em que os impactos ambientais afetam, principalmente, grupos marginalizados que compartilham uma mesma identidade racial ou étnica.

Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a infância é a janela em que experiências, descobertas e afetos são levados para o resto da sua vida. Por outro lado, o racismo ambiental pode impedir o desenvolvimento saudável, ele refere-se à discriminação sistêmica imposta pelo Estado aos territórios periféricos, privando seus habitantes de acesso a serviços básicos essenciais e enfrentando uma série de adversidades e situações de risco extremo, seja por ações diretas da humanidade ou por desastres ambientais induzidos pelo homem (Oliveira; Amorim; Nunes, 2024).

Tiriba (2007, p. 220) questiona: “Mas, como educar as crianças na perspectiva de uma vida alegre, saudável e solidária, se vivemos num mundo em que imperam o individualismo, a competição e a destruição da biodiversidade?”

O primeiro desafio é situá-las em um ambiente coletivo que são as escolas de educação infantil. Nesse momento, a comunidade escolar, principalmente o professor, precisa mediar esse processo e trabalhar com as crianças conceitos como: democracia, cidadania, respeito aos direitos e às diferenças e, principalmente, o cuidar da Terra. Situar esses jovens sobre a importância e responsabilidade de suas ações nesse processo é fundamental para que ele se reconheça plenamente, emane ações sustentáveis e se movimente para barrar essa destruição em curso (Nunes, 2020, p. 23).

A infância é o momento adequado para a apreensão e internalização dos valores humanos, incluindo aí os valores ao meio ambiente que necessariamente se relaciona com o ser humano. É na experiência do contato direto com o meio ambiente, que vai despertar na criança uma noção real que a possibilite assimilar, sentir, o que é valorização, proteção da natureza, com isso ajudando a perceber como ocorre a degradação do meio ambiente (Silva *et al.*, 2017, p.174).

Em 2017, a Universidade de Stanford (Califórnia/EUA) analisou a forma como a Educação Ambiental beneficia os estudantes, desde o ensino infantil até o ensino médio. Depois de consultar mais de uma centena de estudos científicos publicados entre 1994 e 2013 por outras instituições sobre esse assunto, eles concluíram que 83% dos estudantes melhoraram seu comportamento ecológico e 98% ampliaram seu conhecimento em outras matérias como Matemática e Ciências (A Voz da Serra, 2024).

O ensino primário e a educação familiar são etapas-chave no desenvolvimento do comportamento que nos acompanharão na idade adulta e nos definirão como cidadãos. Na escola e na família, aprendemos valores e comportamentos que nos acompanharão na idade adulta e nos definirão como cidadãos. O objetivo de desenvolver a Educação Ambiental para as crianças é fazer com que elas passem a cuidar da natureza como parte da vida delas, em vez de se limitarem a estudá-la. Essa prática educativa busca que as crianças desenvolvam uma mentalidade e comportamento ecológicos firmes para enfrentar os atuais desafios ambientais a partir da participação e do compromisso (Alencar; Ramon, 2020).

## **Racismo Ambiental**

O conceito de racismo ambiental é uma expressão recente, oriunda dos Estados Unidos da América -EUA, no estádio de Nova York (MOREIRA, 2020, p. 23), a partir da segunda metade do século XX, utilizadas pelos movimentos negros em prol da justiça ambiental, pautada em equidade e igualdade ambientais, através de protestos contra a contaminação decorrente da poluição industrial (Filgueira, 2021, p. 188).

Neste aspecto, cabe salientar o contexto histórico inseridos na colonização dos povos americanos e africanos, que foram colônias de exploração durante muitos e muitos anos. Esses povos eram explorados, tanto sua mão de obra como os recursos naturais existentes no seu país para o desenvolvimento das metrópoles que lucravam através da mão de obra escravocata existente no período colonial (Lessa, 2021, p. 78).

Desta maneira, criaram as relações de poder na América e na África, através da noção de raça, na qual o controle e o poder concentravam-se nos europeus de origem branca e atribuía o poder a dominação pelos povos de raças considerados inferiores (Munanga, 2024).

Considerado o precursor do tema nos Estados Unidos, o reverendo Benjamin Franklin Chaves Jr. não apenas cunhou o conceito de racismo ambiental como também institucionalizou o debate científico sobre comunidades negras, indígenas e de baixa renda desproporcionalmente afetadas pela degradação e contaminação do meio ambiente por resíduos tóxicos. Embora esse marco tenha acontecido em 1981, é a partir da tragédia do furacão Katrina – que atingiu a costa sul norte-americana, em 2005- que o Brasil “desperta” para a mesma problemática (Louback, 2021).

Decorrente dessa divisão racial, mesmo após os processos de libertações coloniais e com as abolições à escravatura, hoje muitos países como o Brasil, têm suas marcas históricas, culturais e ambientais, decorrente desse passado escravocata. As populações negras no Brasil, são o que mais sofrem com a ausência e carências nas políticas públicas voltadas a população de origem periféricas, sujeitas as piores condições de vida, sem acesso à moradia de qualidade, água potável, saneamento básico e ao meio ambiente que proporcione

condições à qualidade de vida, em relação à população de origem branca (Costa; Sales; Mesquita, 2022, p.32).

Segundo o Censo realizado pelo IBGE em 2022, 55% da população brasileira identifica-se como parda e negra, sendo que a Região Norte apresentou o maior percentual (67,2%) de residentes pardos e negros (BELANDI; GOMES, 2024). Por isso, pertinente que na Educação Infantil a criança seja apresentada a temas relacionados as questões raciais, uma vez que a criança começa o processo de formação para ser um sujeito histórico e protagonista de sua história. Além disso, torna-se fundamental que a escola assuma um papel mediador de ações que combatam o racismo, partindo da ideia que a criança aprende por meio de suas relações com o meio (Souza, 2018, p. 285).

Portanto, a escola deve ser compreendida como um espaço potente para a construção de diálogo entre alunos de origens diferentes sobre temas que são geradores de discriminação, exclusão e de racismo ambiental. Além disso, o ambiente escolar deve contemplar a discussão sobre a importância do território e do manejo adequado dos recursos naturais para a preservação das riquezas ambientais (Nascimento, 2021, p. 209).

### ***Racismo Ambiental no Marajó***

O Arquipélago do Marajó refere-se a uma Área de Proteção Ambiental (APA), localizada no Estado do Pará, na região Norte do Brasil, sendo a segunda maior unidade da federação com área de 1,24 milhão de km<sup>2</sup>. Pertencente ao bioma amazônico, predomina o clima equatorial, além da cobertura vegetal formada por florestas e cerrados em uma pequena parcela ao sul, a economia paraense é liderada pelo extrativismo vegetal e mineral, sendo a maior da região Norte (IBGE, 2020).

A grande vulnerabilidade social da região marajoara, amplamente divulgada nas diversas mídias, desafia a sociedade amazônica e, em especial, a gestão pública, as academias e os institutos de pesquisa. Para superar a naturalização e simplificação desse tema, alguns cuidados são relevantes. Qualquer iniciativa para compreendê-lo exige análises combinadas que envolvem processos históricos e desafios contemporâneos, ambos marcados por uma sociedade predominantemente ribeirinha e agroextrativista integrada, pela via do mercado, ao mundo globalizado. Assim, ocorreu com a territorialização da madeira na Amazônia Marajoara ao cumprir a agenda do modelo de desenvolvimento econômico com a expansão produtiva e demográfica, somada à concessão de subsídios favoráveis à exploração predatória da madeira e à apropriação privada do território que, por sua vez, provocou a desestruturação socioambiental do espaço social, afetando comunidades e povos tradicionais (Carmo; Carmo, 2021).

Os estudos sobre racismo e injustiça ambiental debruçam-se na correlação entre os campos ambiental e étnico racial a fim de analisar os custos do chamado “desenvolvimento” sobre populações em contexto de vulnerabilidade

social, chamando atenção também para o componente racial que essas lutas assumem. A grande maioria das construções e empreendimentos do setor público e privado se instalam em áreas onde vivem populações racial e etnicamente identificadas como indígenas e quilombolas, sendo estas as que sofrem as consequências dos danos ambientais e sociais que trazem os empreendimentos à realidade desses grupos. Um desses impactos ambientais é exemplificado pelo do avanço da fronteira agrícola do arroz na região marajoara, mais especificamente na comunidade quilombola de Gurupá no município de Cachoeira do Ariri, no Arquipélago do Marajó (Nascimento, 2020).

O Arquipélago do Marajó é um território altamente ameaçado no século 21. O racismo ambiental, a poluição dos rios, as queimadas criminosas, os conflitos de terra, a mineração e o desmatamento ilegal põem em risco a biodiversidade e a população, devido à extinção de espécies animais e vegetais, à migração de ribeirinhos dentro do próprio território e à perda completa de ilhas. Nota-se, portanto, a importância da proteção e da conservação do território e das suas comunidades, sendo uma das alternativas de ação o acompanhamento de mudanças climáticas por mapeamento com indicadores climáticos (Pereira, 2024).

De acordo com dados do IBGE (2020), o Marajó possui uma população majoritariamente negra (83%) e vivendo em territórios rurais (57%) às margens de rios, campos e florestas. Neste cenário de insegurança climática, os moradores de comunidades tradicionais marajoaras são os que mais sofrem com o crescimento dos impactos ambientais que afetam diretamente seu modo de vida através de secas de rios que fazem com que plantações morram, de cidades cobertas por fumaça e de ser difícil como imaginar o amanhã. Afinal, esse cenário de calamidade climática é resultado do racismo ambiental no Marajó (Barbosa *et al.*, 2023).

O município de Breves faz parte do Arquipélago do Marajó e a economia era baseada no processo de exploração madeireira no auge dos anos 70 e 80. Desde o declínio dessa atividade econômica nos 90, a população convive com diversos impactos ambientais, principalmente o acúmulo de restos de madeira e de serragem que se encontram em estado de decomposição, provocando aporte de chorume aos cursos hídricos e solo durante o período chuvoso e queimadas durante o período de estiagem. Além disso, a supressão vegetal gerou problemas socioambientais para a população brevense como a falta de um saneamento básico adequado (ALVES *et al.*, 2022, p. 3647-3649).

## **Materiais e Métodos**

Este estudo é uma pesquisa de campo sobre a utilização de metodologias participativas, de caráter qualitativo, oriundas de uma oficina de Educação Ambiental, aplicada por alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do IFPA Campus Breves na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Rossilda Ferreira, localizada no município de Breves, no Arquipélago do Marajó. A instituição é reconhecida por sua dedicação em promover uma educação que abrange diversos aspectos da vida e busca, constantemente, proporcionar

vivências e aprendizados significativos aos estudantes, incluindo a conscientização ambiental como parte essencial do currículo. O público participante foi composto por 21 crianças da Educação Infantil, com idade entre 5 a 8 anos, alunos do turno vespertino.

A oficina de EA ocorreu de 03 até 05 de junho de 2024 para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente, convidando todos os participantes a adotar atitudes com mais consciência ambiental. Nesta abordagem, foi proposta a realização de atividades planejadas com o objetivo de envolver as crianças na compreensão da importância do meio ambiente, incentivando-as a adotar práticas sustentáveis. As atividades desenvolvidas foram:

- 1- Rodas de conversa (Figura 1): a primeira serviu para introduzir o conceito de racismo ambiental de forma lúdica e acessível, utilizando exemplos do cotidiano dos alunos além de vídeos para estimular a reflexão e o debate. Por fim, a segunda rodada serviu para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem proporcionada pelas atividades e os impactos do projeto naquela escola;



**Figura 1:** Rodas de conversa sobre Racismo Ambiental na EMEF Rossilda Ferreira.  
**Fonte:** Autores (2024).

- 2- Produção de cartazes (Figura 2): ferramenta fundamental em campanhas de conscientização pública para transmitir mensagens significativas sobre o meio ambiente;



**Figura 2:** Produção de cartazes sobre Racismo Ambiental na EMEF Rossilda Ferreira.  
**Fonte:** Autores (2024).

- 3- Quebra-Cabeça (Figura 3): Os alunos foram divididos em três equipes (vermelha, amarela e azul), com sete membros em cada, onde foram misturadas letras de cinco palavras que formavam uma frase sobre a importância da preservação e da conservação do meio ambiente. Todas as equipes tiveram uma hora para executar a tarefa. Quem desenvolvesse a atividade em um menor intervalo de tempo, somava mais pontos;



**Figura 3:** Jogo Quebra-Cabeça sobre Meio Ambiente na EMEF Rossilda Ferreira.  
**Fonte:** Autores (2024).

- 4- Jogo Caminho Ambiental (Figura 4): os integrantes das mesmas equipes da atividade 03 respondiam perguntas. Caso acertasse, o integrante poderia avançar uma casa por vez até chegar na linha de chegada. Caso errasse, o integrante voltava uma casa. Ao todo, foram feitas sete rodadas e cada equipe ganhava ponto quando um integrante finalizava no menor tempo possível.
- 5- Pintura de mural (Figura 4): com tintas minerais ecológicas, essa atividade permitiu que as crianças compreendessem a importância da preservação ambiental de forma criativa e colaborativa. Além disso, possibilitou o desenvolvimento de habilidades artísticas e sociais e reforçou conceitos fundamentais sobre o cuidado com a natureza.



**Figura 4:** Jogo Caminho Ambiental e Mural Ambiental na EMEF Rossilda Ferreira.  
**Fonte:** Autores (2024).

Ao longo da oficina da EA, adotou-se uma abordagem participativa, no qual os alunos de Tecnólogo em Gestão Ambiental do IFPA Campus Breves assumiram o papel de facilitador. Essa abordagem buscou envolver ativamente as crianças no processo de ensino-aprendizagem, estimulando sua participação e promovendo a troca de ideias e experiências.

Os facilitadores atuaram como mediadores das atividades, proporcionando um espaço seguro e acolhedor para as crianças expressarem suas opiniões, fazer perguntas e compartilhar suas vivências relacionadas ao meio ambiente. Por fim, o emprego dos jogos como estratégia metodológica é um suporte para o desenvolvimento da consciência cidadã com responsabilidades socioambientais.

Os jogos como uma metodologia didática permitem uma maior interação entre o conteúdo teórico-prático e o convívio entre os estudantes, pois os mesmos

foram incentivados a participar de todo processo de fabricação e aplicação dos jogos didáticos. Por fim, a equipe vencedora foi a que somou a maior quantidade de pontos das atividades 03 e 04 e, como premiação, recebeu um troféu (Figura 5) de material reciclável e biodegradável.



**Figura 5:** Troféu reciclável e biodegradável entregue para a equipe campeã dos jogos socioambientais desenvolvidos na EMEF Rossilda Ferreira.

**Fonte:** Autores (2024).

## Conclusões

Este trabalho foi um marco na formação dos Tecnólogos em Gestão Ambiental do IFPA Campus Breves porque proporcionou uma experiência valiosa e significativa na atuação profissional na área ambiental.

Os Tecnólogos em Gestão Ambiental vivenciaram desafios da implementação de um projeto socioambiental para alunos do Ensino Fundamental de uma escola do município de Breves porque desenvolveram habilidades práticas na organização, comunicação e execução de atividades educativas, ampliaram os conhecimentos teóricos e práticos sobre o racismo ambiental e compreenderam a importância de se trabalhar a Educação Ambiental na infância para a formação de cidadãos conscientes e engajados com a preservação do meio ambiente.

Deste modo, urge ressaltar a importância de abordar temas complexos como o racismo ambiental de forma lúdica e participativa porque proporciona que os alunos comecem a ter identificação de forma criativa com problemas ambientais que atingem suas comunidades e aprendam a questionar as desigualdades e as diferenças dentro de uma sociedade que o branco tem o poder e o capital em relação a uma sociedade de predominância negra e tratar de injustiças ambientais que foram praticadas desde a história, até os dias atuais nas

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 5: 84-98, 2025.

populações vulnerabilizadas pela falta de políticas públicas atuais e governamentais que de certa forma impossibilita melhores condições de vida, a uma parcela majoritária da sociedade brasileira.

Assim sendo, discutir esse tema nos ambientes escolares é transformar os estudantes em cidadãos questionadores e críticos a respeito das desigualdades sociais de uma população que se encontra exilada na própria terra para representar a histórica jornada da população negra na educação institucionalizada. Por isso, essa pesquisa representou uma forma de resistência como estratégia pela conquista da educação como um bem social que permita buscar melhor qualidade de vida para o Marajó.

## Agradecimentos

À direção da Escola Municipal de Escola Fundamental Rossilda Ferreira, localizada no município de Breves- Pará, por tornar possível a realização dessa pesquisa.

## Referências

- ALENCAR, J.; RAMON, C. Educação Ambiental na infância. **Iberdrola**. Projeto Escola Verde. Campanha de mobilização ambiental. 2020. Disponível em: <https://escolaverde.org/site/?p=69442>. Acesso em 24 dez. 2024.
- ALVES, L. S. C. OLIVEIRA, S. A.; COSTA, A. S.; REIS, B. L. C. Avaliação dos impactos ambientais causados por madeireiras desativadas no município de Breves-PA. **Brazilian Journal of Animal and Environmental Research**, v. 05, n. 04, p. 3647-3665, 2022.
- BELANDI, C.; GOMES, I.. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **IBGE**, 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202010%2C%20a,%25%20para%2045%2C%25>.. Acesso em 26 dez. 2024.
- BARBOSA, B.; LIMA, E.; MEIRELES, J.; GUEDES, L. O Marajó não existe? **ECO A UOL**, 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2023/11/26/o-marajo-nao-existe.htm>. Acesso em 25 dez. 2024.
- CARMO, E. D.; CARMO, E. D.. A força da palavra dos vulnerabilizados pela desigualdade social: Paulo Freire e comunidades ribeirinhas no Marajó. **Práxis Educativa**, v. 16, p. 01-14, 2021.
- CASTELLI, C. M.; DELGADO, A. C. C.. Educação Ambiental na Educação Infantil. **Revista Momento – Diálogo em Educação**, v. 32, n. 01, p. 116-145, 2023.

CIDREIRA NETO, I.; RODRIGUES, G. G. Relação homem-natureza e os limites para o desenvolvimento sustentável. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 06, n. 02, p. 142-156, 2017.

CORREIA, S. J.; POLETO, R. S. A Educação Ambiental e seus desafios: um olhar acerca das escolas municipais de São Sebastião da Amoreira-PR. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 07, n. 02, p. 01-18, 2020.

COSTA, J. R. B.; SALES, E. V. A.; MESQUITA, A. N. S. Reflexões sobre o conceito de Racismo ambiental através da disciplina eletiva de Educação Ambiental no ensino básico: um caso em uma escola de Recife. **Educação Ambiental (Brasil)**, v. 03, n. 03, p. 031-035, 2022.

DI SPAGNA, J. O que é racismo ambiental e como ele ocorre no Brasil e no mundo. **Guia do Estudante**. 2023. Disponível em: [https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-e-racismo-ambiental-e-como-ele-ocorre-no-brasil-e-no-mundo?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=eda\\_ge\\_audiencia\\_institucional-Performance-Max&qad\\_source=1&qclid=EAlaIqObChMluZKnoejBigMVUWhIAB0LKCLCEAAYA\\_SAAEgLP8fD\\_BwE](https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/o-que-e-racismo-ambiental-e-como-ele-ocorre-no-brasil-e-no-mundo?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_ge_audiencia_institucional-Performance-Max&qad_source=1&qclid=EAlaIqObChMluZKnoejBigMVUWhIAB0LKCLCEAAYA_SAAEgLP8fD_BwE). Acesso em 24 dez. 2024.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLAS. **A Voz da Serra**, Rio de Janeiro, 01 fev. 2024. Disponível em: <https://avozdaserra.com.br/noticias/educacao-ambiental-nas-escolas>. Acesso em 24 dez. 2024.

FILGUEIRA, A. L. S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 02, p. 186-201, 2021.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados – Pará**. 2020. Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/p>. Acesso em 25 dez. 2024.

LESSA, D. S. **Colonialismo e (IN)Salubridade**: A questão da aclimação nas colônias africanas portuguesas. Orientador: Valdemir Donizette Zamparoni. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36118/1/Dissertao\\_DSL.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36118/1/Dissertao_DSL.pdf). Acesso em 25 dez. 2024.

LOUBACK, A. C. **Como o racismo se revela na crise climática e afeta a infância?** 2021. Disponível em: <https://lunetas.com.br/racismo-ambiental-e-climatico/>. Acesso em 26 dez. 2024.

MARAFON, D.; SANTOS, V. L. M. Educação Ambiental Crítica e o Método Montessori: Promovendo a aprendizagem através do ambiente natural. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, v. 17, n. 02, p. 218-235, 2024.

MONTEIRO, A. R. Educação Ambiental: um itinerário para a preservação do meio ambiente. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, p. 830-850, 2020.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 5: 84-98, 2025.

MOREIRA, I. N. S. **Racismo ambiental como questão bioética para o Ensino de Ciências:** construção de uma proposta colaborativa de formação inicial de professores. Orientador: Fábio Augusto Rodrigues e Silva. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) - Universidade Federal de Ouro Preto. Disponível em: <https://repositorio.ufop.br/server/api/core/bitstreams/dd27807f-e892-4076-bd53-6689d9193051/content>. Acesso em 25 dez. 2024.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 2024. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em 25 dez. 2024.

NASCIMENTO, L. K. Comunidades Tradicionais, racismo ambiental e escola: um olhar para as políticas nacionais de educação. **Revista Veras Acadêmica da Educação**, v. 11, n. 02, p. 190-212, 2021.

NASCIMENTO, M. **Violações de modos de existência, racismo e (in)justiça ambiental na Amazônia marajoara.** 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/conexoesamazonicas/justica-ambiental-na-amazonia-marajoara/>. Acesso em 26 dez. 2024.

NUNES, M. M. **Educação Ambiental na Educação Infantil.** Orientadora: Daniela Aparecida Estevan. 2020. 44 f. Monografia (Especialização em Práticas Educacionais em Ciências e Pluralidade, modalidade à distância) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná/Campus Dois Vizinhos. Disponível em: [https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25331/1/DV\\_PCEP\\_II\\_2020\\_38.pdf](https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/25331/1/DV_PCEP_II_2020_38.pdf). Acesso em: 24 dez. 2024.

OLIVEIRA, M.; AMORIM, A. R.; NUNES, E. **Racismo ambiental e primeira infância:** um olhar sensível. 2024. Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/racismo-ambiental-e-primeira-infancia-como-o-estado-afeta-o-direito-de-brincar-das-criancas-perifericas/>. Acesso em 24 dez. 2024.

PEREIRA, J. Uso de mapas para defesa do território marajoara. **Escola de Dados**, 2024. Disponível em: <https://escoladedados.org/coda/coda-amz2024/uso-de-mapas-para-defesa-do-territorio-marajoara/>. Acesso em 25 dez. 2024.

REDÓ, P. G. **A Educação Ambiental crítica como instrumento de combate ao racismo ambiental brasileiro.** Orientadora: Adriana Regina Braga. 2022. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação como Bacharel em Pedagogia) – Universidade Federal de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/7230a4b5-6412-4e03-9bc8-38000a3aeb9f/content>. Acesso em 26 dez. 2024.

SILVA, J. F.; ALMEIDA, D. E. M. P.; KOKUDAI, R. L. N. Educação Ambiental na Educação Infantil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 166-179, 2017.

SOUZA, D. L.; MARQUES, J. D; TENÓRIO, S. C; SAMPAIO, I. M. G; SILVA JÚNIOR, M. L.; MELO, V. S. Horta escolar como estratégia para Educação Ambiental em Itupanema, Barcarena, Pará, Brasil. **Revista Educação Ambiental em Ação**, v. 74, p. 01-06, 2021.

SOUZA, M. B. Relações raciais na educação infantil. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 09, n. 01, ed. 23, p. 284-231, 2018.

TIRIBA, L. **Reinventando relações entre seres humanos e natureza nos espaços de educação infantil**. //N: MEC, Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental. Brasília: p. 211-227, 2007.

UNICEF BRASIL. **Mudanças climáticas e meio ambiente**: toda criança tem direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. 2024. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/mudancas-climaticas-e-meio-ambiente?gad\\_source=1&gclid=EAIaIQobChMI\\_erLxrS\\_igMVNGdIAB3FfwMgEAAYASAAEqIFDPD\\_BwE](https://www.unicef.org/brazil/mudancas-climaticas-e-meio-ambiente?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI_erLxrS_igMVNGdIAB3FfwMgEAAYASAAEqIFDPD_BwE). Acesso em 24 dez. 2024.

VERDERIO, L. A. P. O desenvolvimento da Educação Ambiental na educação infantil: Importância e Possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 16, n. 01, p. 130-147, 2021.

VIEIRA, L. P. **Educação Ambiental nas escolas**: por que ela deve ser implementada? 2022. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/educacao-ambiental-nas-escolas-por-que-ela-deve-ser-implementada>. Acesso em 24 dez. 2024.